

## **15168 - A contribuição da Agroecologia frente ao desafio da inclusão social e produtiva**

PAULUS, Gervásio<sup>1</sup>; BERNARDI, Lauro Edilso<sup>2</sup>

1 Emater-RS/Ascar, [gpaulus@emater.tche.br](mailto:gpaulus@emater.tche.br); 2 Emater-RS/Ascar, [lauro@emater.tche.br](mailto:lauro@emater.tche.br)

*Em resposta a uma ética da exclusão, estamos todos desafiados a praticar uma ética da solidariedade.*  
(Herbert Souza, Betinho)

### **Resumo**

A Agroecologia, entendida na perspectiva de ciência que articula conhecimentos científicos e tradicionais, guarda estreita vinculação com propostas de câmbios sociais e de desenhos tecnológicos que tenham na agricultura familiar em geral e, em particular, nos setores da sociedade menos contemplados, ou mesmo excluídos de políticas públicas, a sua centralidade. Uma rápida contextualização, a partir dos dados disponíveis, revela um quadro de exclusão social e produtiva de um contingente expressivo da população em geral, inclusive no meio rural. Esse quadro é resultante, em grande medida, do processo de modernização da agricultura, que alguns autores chamaram de conservadora, por alterar as bases técnico-produtivas sem, no entanto, promover mudanças significativas na estrutura agrária vigente. Afirma-se a pertinência de trabalhar tecnologias heterogêneas, adequadas às distintas realidades dos públicos. O que deve ser generalizado são princípios, e não formatos tecnológicos, os quais devem ser adequados às distintas realidades, sociais, econômicas e culturais e às condições biogeográficas específicas nas quais se inserem os agroecossistemas.

**Palavras-Chave:** Inclusão social e produtiva; Agroecologia

### **Abstract**

Agroecology, understood from a perspective of science that articulates scientific and traditional knowledge, has a close connection with proposals for social exchange and technological designs that have centrality in family farming in general and in particular in the sectors of society less covered or excluded from public policies. A contextualization, from the data available, reveals a picture of social exclusion and production of a large contingent of the general population, including in rural areas. This framework is the result largely of the process of agricultural modernization, that some authors have called conservative, because its changed the technical-productive bases, without to bring significant changes about the agrarian structure in force. This paper affirm the relevance of heterogeneous technologies, appropriate to different realities of the public. What should be generalized are principles, and not technological formats, which should be appropriate to different realities, social, economic, cultural and specific biogeographical conditions where agroecosystems are inserted.

**Keywords:** Social and productive Inclusion; Agroecology

### **A pobreza - resultante da concentração de riqueza - no meio rural**

O Rio Grande do Sul é conhecido nacionalmente por ter uma agricultura altamente tecnificada, e por ser um estado produtor e exportador de commodities agrícolas, especialmente soja, fumo, arroz e milho. Quem olha para esse cenário nem sempre se dá conta de uma outra realidade que, contraditória e dialeticamente, convive com a aparente fartura. De acordo com o Censo Demográfico (IBGE, 2010), o Rio Grande do Sul conta com aproximadamente 1,6 milhão de pessoas residentes em 440 mil estabelecimentos rurais, sendo que 378.000 estabelecimentos pertencem à categoria de agricultores familiares. A dimensão da pobreza rural no estado do RS pode ser expressa por três indicadores principais: a) 149.000 famílias rurais estão inscritas no Cadastro Único (MDS, 2012); b)

77.000 famílias rurais recebem Bolsa Família (MDS 2012) e; c) cerca de 30.000 domicílios estão enquadrados como de extrema pobreza (IBGE, 2010).

Neste contexto, o Estado do RS desenvolve em parceria com os Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. São beneficiários do Fomento agricultores familiares e os demais beneficiários que se enquadrem nas disposições da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que simultaneamente encontram-se em situação de extrema pobreza e inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico.

Às famílias que aderirem ao Programa garante-se a disponibilização de serviços de assistência técnica e a transferência de recursos financeiros não reembolsáveis para execução de projetos de estruturação da unidade produtiva familiar que buscam: I - estimular a geração de trabalho e renda com sustentabilidade; II - promover a segurança alimentar e nutricional dos seus beneficiários; III - incentivar a participação de seus beneficiários em ações de capacitação social, educacional, técnica e profissional; e IV - incentivar a organização associativa e cooperativa de seus beneficiários.

A execução do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais no RS, iniciada em 2012, envolve um universo de 6.000 famílias em 68 municípios e identifica elementos muito similares aos que Deepa Narayan identificou no “Projeto Consulta com pobres” realizado nos anos 90 pelo Banco Mundial:

“Experiências de mal estar incluem carências e faltas materiais (de comida, de moradia e abrigo, de bens e dinheiro); fome e dor; cansaço e falta de lazer; exclusão, rejeição, isolamento e solidão; relações más com os outros, inclusive com a família; insegurança, vulnerabilidade, angústia, medo e baixa autoestima, impotência, frustração e raiva”.

Para ilustrar, tomamos a realidade fundiária de 98 famílias envolvidas neste programa de inclusão social e produtiva do município de Erval Seco, onde se verifica os desafios que se colocam à concepção dos projetos produtivos.

Quadro 1 – Realidade de posse e uso da terra de 98 famílias de Erval Seco, participantes do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais no RS

<b>Área de terra</b>	<b>Famílias</b>
0,10 a 2,0 ha	40 %
2,01 a 5,0 ha	27%
5,01 a 10,0 há	29%
Acima 10,0 ha	4 %

Fonte: Equipe Municipal Emater-RS, julho 2013.

A ação extensionista voltada para a inclusão social e produtiva depara-se com público e realidade distinta daquela vivenciada cotidianamente e, busca elementos para construir com estas famílias, respostas significativas para o seu cotidiano, tendo presente a constatação de que o programa não dá conta das causas estruturais geradoras da pobreza, mas sim constitui-se numa janela de articulação de políticas públicas e estratégias de desenvolvimento distintas, capazes de mitigar a condição de pobreza extrema dessas famílias.

### **A contribuição da Agroecologia**

Assume-se aqui o entendimento de Agroecologia como um campo de conhecimento científico, que compreende um conjunto de metodologias, estudos e conhecimentos, acadêmicos e empíricos, que apoiam a construção de propostas de desenvolvimento e de sistemas produtivos sustentáveis. Nesse contexto, a Agroecologia aporta um conjunto de ferramentas úteis para a construção e implantação de propostas de inclusão social e produtiva, com abordagens participativas e desenhos tecnológicos adaptados às especificidades de cada local ou região.

Em síntese, como afirma CARMO (2008), “a meta é que os agricultores possam vir a ser os agentes e os construtores de seu próprio desenvolvimento. E a agroecologia vem ao encontro dessa finalidade ao fornecer as ferramentas metodológicas para que a real participação da comunidade se transforme na seiva geradora para o atendimento dos anseios colocados nos projetos de desenvolvimento.”

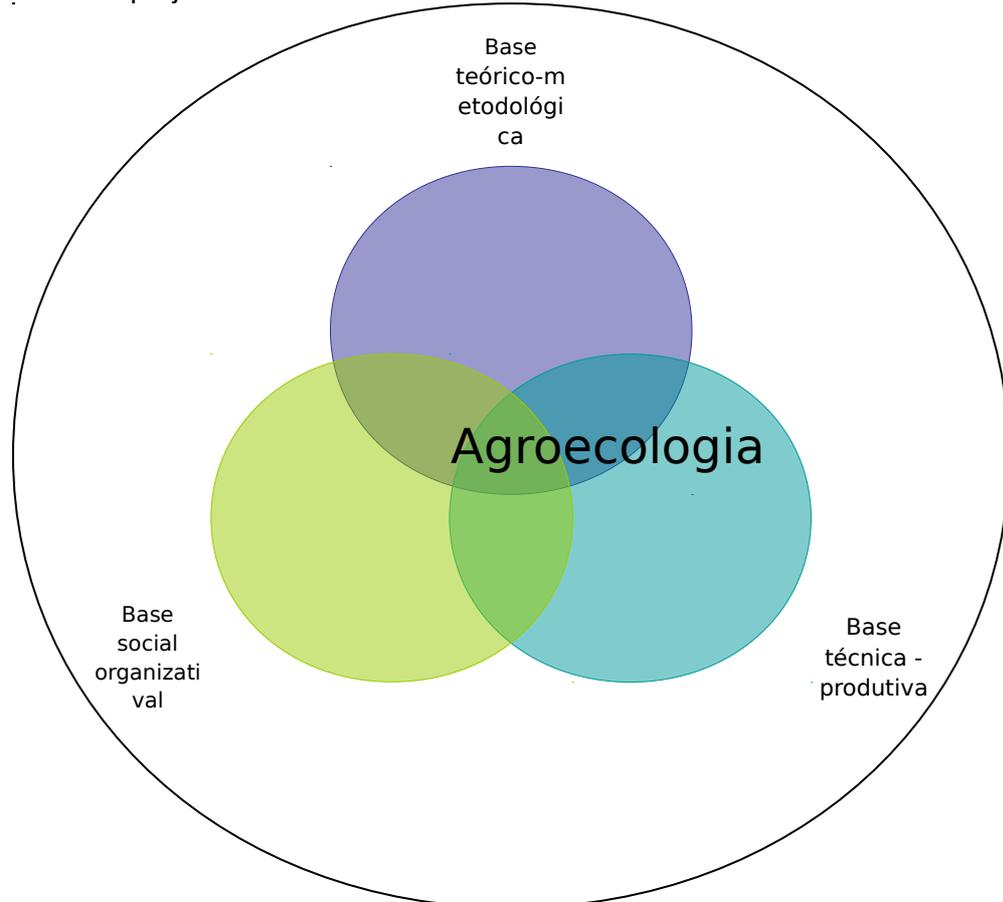


Figura 1: Bases da Agroecologia (Fonte: elaboração própria, dos autores)

A base teórico-metodológica da Agroecologia remete aos fundamentos e princípios que conformam os fundamentos científicos da Agroecologia ; a base social, à articulação e envolvimento em espaços de participação, mediados por processos participativos, na perspectiva de ampliação do grau de autonomia ou empoderamento das famílias envolvidas. A base técnica permite a formulação de propostas de desenho ou redesenho de sistemas produtivos, animais e vegetais, a partir de um enfoque sistêmico e tomando os agroecossistemas como unidades básicas de planejamento.

Como lembram Caporal, Costabeber e Paulus (, por definição, a Agroecologia pressupõe o uso de tecnologias heterogêneas, com adequação às características locais e à cultura das populações e comunidades rurais que vivem numa dada região ou ecossistema e que irão manejá-las. Não se trata, pois, de difundir pacotes tecnológicos, tão ao gosto da Revolução Verde, e sim de aplicar princípios, que têm na Agroecologia a sua fundamentação, e que são social, cultural e localmente traduzidos em formatos tecnológicos específicos.

Outro aspecto que deve ser considerado é que a tecnologia, entendida como relação, e não como “coisa em si” é frequentemente adaptada e ressignificada por aqueles que dela se apropriam (e a ressignificação pode ser tanto de forma quanto de conteúdo).

### Considerações finais

Evidencia-se que o foco desta construção deve estar alicerçado no desenvolvimento e emprego de tecnologias baseadas no conhecimento, nas habilidades humanas e no uso dos recursos locais, em contrapartida à utilização de insumos externos, geradores de dependência. Ressignificar, a partir do conhecimento socialmente construído deve ser o ponto de partida para a construção de propostas realmente relevantes com estas famílias que possuem pouca terra e capital, e que mediante estratégias simples de resistem em condições extremamente precárias e adversas.



Foto: Concebendo projetos produtivos a partir de recursos locais disponíveis.

### Referências Bibliográficas:

CAPORAL, F.R., COSTABEBER, J.A., PAULUS, G. Agroecologia: Matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável. In: **Agroecologia : uma ciência do campo da complexidade** / Francisco Roberto Caporal (org.). MDA – Brasília : 111 p.

CARMO, M.S. do. Agroecologia: novos caminhos para a agricultura familiar. In: **Revista Tecnologia & Inovação Agropecuária** Dezembro de 2008